

Direito e Justiça

Direito e Justiça

EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA

2019 • Reimpressão

Celso Cruzeiro

DIREITO E JUSTIÇA

Reimpressão

AUTOR

Celso Cruzeiro

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

DPS - DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA

Junho, 2019

DEPÓSITO LEGAL

454313/19

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

CRUZEIRO, Celso, 1945-

Direito e justiça : em busca de um novo paradigma

ISBN 978-972-40-7869-4

CDU 340

O AUTOR

Nasceu em 18 de Maio de 1945, em Cajadães, S. Vicente de Lafões. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, é advogado, com escritório em Aveiro.

Enquanto estudante, integrou várias estruturas de luta contra as comissões administrativas impostas pela ditadura à Associação Académica de Coimbra. Nas primeiras eleições com que se restaurou a vida democrática na Academia, ocorridas em Fevereiro de 1969, foi eleito para a Direcção Geral daquela Associação, com a missão de coordenar a actividade cultural das diversas secções.

Eclodida a crise académica, da qual viria a revelar-se como um dos seus principais dirigentes, foi logo em 22 de Abril, juntamente com sete colegas seus, suspenso da frequência das aulas, por determinação das autoridades académicas de então.

Três meses depois, por força de um decreto militar de excepção especificamente elaborado para o efeito pelo Conselho de Ministros do governo de Marcello Caetano, foi, juntamente com mais quarenta e oito colegas, incorporado compulsivamente no serviço militar e depois enviado para a guerra colonial na Guiné.

Aí, antes de 16 de Março de 1974, passou a colaborar com o movimento das forças armadas que preparava o levantamento militar. Após a vitória em 25 de Abril, foi, por determinação da nova ordem revolucionária, colocado na chefia da redacção do jornal *A Voz da Guiné*.

Ainda na Guiné, desenvolveu ampla actividade na criação e organização do movimento militar de base miliciana (MAPOS), também designado Movimento para a Paz, cuja constituição visou impedir a deriva neo-colonialista.

Regressado a Portugal em Novembro de 1974, foi eleito para a Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista, no Congresso fundador de Dezembro desse mesmo ano.

Subscreveu o manifesto político de fundação do Bloco de Esquerda.

Em 1999 foi agraciado pela Presidência da República com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. Em 2016 o Conselho Geral da Ordem dos Advogados Portugueses atribuiu-lhe a Medalha de Honra daquela Ordem.

Tem trabalhos no domínio da ficção, poesia e ensaio, a par da intervenção cívica, política e cultural.

PRINCIPAIS TRABALHOS DO AUTOR

- “*Introdução à Questão Coimbrã*”, jornal do Conselho das Repúblicas, Coimbra, 1968.
- “*Alves Redol e alguns problemas do neo-realismo português*”, revista Vértice, Coimbra, 1970.
- “*Afluentes de Abril*” (poesia), ed. Centelha, Coimbra, 1980 (representado na “*Antologia da Memória Poética da Guerra Colonial*”, org. Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, ed. Afrontamento, 2011).
- “*Coimbra, 1969, a crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*”, ed. Afrontamento, 1.^a e 2.^a ed. 1989, 3.^a ed. 2010.
- “*Não pode ser*” (romance), ed. Notícias, 1995.
- “*A Nova Esquerda, raízes teóricas e horizonte político*”, ed. Âncora/Campo das Letras, 2008.
- “*Direito e Justiça, em busca de um novo paradigma*”, ed. Almedina, 2019.

A nós, juristas, cabe-nos a tarefa mais difícil: acreditar na profissão da nossa vida e, simultaneamente, no registo mais profundo do nosso ser, duvidar dela todo o tempo.

GUSTAV RADBRUCH, *in Rechtsphilosophie*

ÍNDICE

I – O SIGNIFICADO DA CRISE DA JUSTIÇA.	13
II – O ANUNCIADO DIVÓRCIO ENTRE O DIREITO E A JUSTIÇA . . .	19
O conceito de direito (Herbert L. A. Hart e o apogeu do positivismo jurídico)	19
A teoria pura do direito de Hans Kelsen (o kantismo como salvação do positivismo?)	25
A efémera escola soviética de Stücka e Pasukanis (o direito como relação social)	34
A República de Weimar, da social-democracia ao nazismo (Gustav Radbruch e Carl Schmitt).	46
A doutrina anarquista da supressão do direito	65
Teoria dos sistemas: um positivismo de novo tipo? (de Ludwig von Bertalanffy a Niklas Luhmann).	67
III – OS CAMINHOS DA RECONCILIAÇÃO TEÓRICA	87
O retorno da ética, da moral e da justiça (de Jürgen Habermas a John Rawls)	87
Uma teoria moral da justiça	105
Uma disputa em família?: o grande debate entre Rawls e Habermas . . .	111
A teoria da justiça como equidade: legado e crítica (libertários, comunitaristas e outros)	121

A reprimatinação da juridicidade da relação social: as concepções possibilistas do marxismo analítico	149
Em busca da justiça concreta (Amartya Sen e a luta contra as injustiças)	156
Teorias feministas do direito: a igualdade da diferença.	164
O direito como garante da hipocrisia colectiva? (o radicalismo sociologista de Pierre Bourdieu e o movimento crítico dos estudos jurídicos)	176
Da unicidade para o pluralismo.	188
Portugal: do fascismo à implantação do Estado Constitucional.	214
IV – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA JUSTIÇA.	261
Sociedade civil e novos movimentos sociais	261
As representações sociais da justiça	277
Os juízos paralelos	285
Processo Casa Pia: as duas magistraturas	291
A crítica do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	299
O segredo de justiça: a comédia circense da actualidade.	302
V – EM BUSCA DE UM NOVO HORIZONTE	311
Juízes: da função de soberania à legitimidade democrática	311
Responsabilização social: os novos tribunais	328
O Tribunal Constitucional: das resistências à consagração	344
Autonomia do Ministério Público e controlo democrático	357
Defensor Público: as lágrimas de crocodilo.	363
Papel do direito num mundo em regressão.	374
BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	387